

# Aumenta a revolta contra mensalidades escolares

Helena Cirineu

O Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (Procon) está recebendo um grande número de reclamações de pais e alunos, revoltados com a liberação das mensalidades escolares. Só nos últimos três dias, cerca de 170 pessoas foram ao órgão protestar contra o reajuste das mensalidades. Até o meio-dia de ontem, haviam 201 reclamações, logo que as escolas começaram a liberar os carnês com os novos preços.

Até o momento as escolas não justificaram os critérios utilizados para aplicar os aumentos de mais de 100%, sobre as mensalidades, no mês de março. Segundo Vanilton Senatore, membro da comissão de pais da Católica de Brasília, (União Brasileira de Educação e Cultura - UBEC), o aumento é abusivo:

"Nos recebemos os carnês sem qualquer comunicado explicando a razão do percentual de aumento".

Para fundamentar suas reclamações junto ao Procon, Senatore elaborou um quadro comparativo mostrando as variações das mensalidades de fevereiro de 1987 a março deste ano. No pré-escolar, por exemplo, a mensalidade em fevereiro do ano passado era de Cz\$ 415. Agora, a mensalidade subiu para Cz\$ 6.828, sofrendo uma variação de 1.545,30%. Já no 1º grau a mensalidade custava Cz\$ 442 em fevereiro de 1987. Agora os pais vão pagar Cz\$ 6.812. Isto significa uma variação de 1.441,17%.

O documento mostra ainda que, de acordo com os índices oficiais, a

inflação registrada de março de 1987 a fevereiro de 1988 foi de 381,13%. Portanto, os reajustes propostos estão mais de 1.060% acima da taxa da inflação anual. A comissão de pais da Católica entrou com uma ação cautelar em nome de 209 pais, para tentar assegurar o valor da mensalidade de fevereiro com a aplicação da Unidade de Referência de Preços (URP).

A diretora do Procon, Elisa Martins, mostrou diversas reclamações. Sem fornecer os nomes dos pais, para evitar represálias aos filhos, ela mostrou os aumentos ocorridos em determinados estabelecimentos. No colégio Pio XII, que em fevereiro cobrava Cz\$ 2.724, a mensalidade passou para Cz\$ 6.178. O Jardim III da Canarinho subiu de Cz\$ 6.000 para Cz\$ 14.800. O Centro de Ensino Viver subiu de Cz\$ 1.600 para Cz\$ 4.900. Pedacinho do Céu de Cz\$ 2.800 para Cz\$ 6.700. A Monteiro Lobato de Cz\$ 2.800 para Cz\$ 5.600. O Leonardo Da Vinci de Cz\$ 2.990 para Cz\$ 6.653 a 1ª série. O Maria Auxiliadora, de Cz\$ 2.500 para Cz\$ 4.915. O colégio Marista, de Cz\$ 5.046 para Cz\$ 9.911, o 2º grau.

## Universitários

Os mais prejudicados segundo Elisa Martins, são os estudantes das faculdades particulares: "A maioria é assalariada e trabalha para manter-se na faculdade. Enquanto os seus salários são reajustados pela URP, as mensalidades tiveram um aumento absurdo e passarão a ser corrigidas pela OTN".

Os estudantes também estão procurando o Procon. Nos registros do órgão há reclamações referentes aos preços aplicados por todas as faculdades particulares de Brasília. Um formulário de um estudante de Direito da Católica denuncia que o valor do crédito era de Cz\$ 480 no ano passado e passou para Cz\$ 2.486 este ano. Um estudante de Processamento de Dados disse que pagou Cz\$ 3.000 de mensalidade no segundo semestre de 1987 e vai pagar Cz\$ 22.000 pela mesma quantidade de créditos neste semestre.

No Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), segundo um estudante do curso de Matemática, a mensalidade de Cz\$ 3.000 aumentou para Cz\$ 10.000. Na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), um estudante de Direito reclamou ao Procon que a mensalidade de Cz\$ 2.856 passou para Cz\$ 6.796. Segundo Elisa Martins, estes estudantes estão "desesperados", sendo obrigados a trancarem as matrículas. "Eles estão impedidos economicamente de continuarem seus estudos", afirma a diretora do Procon.

Elisa Martins disse que já enviou documento às autoridades educacionais pedindo a revogação do Decreto 95.720 e a fixação de um índice para aumento, como era feito anteriormente: "A população tem de exigir do Governo um ensino de boa qualidade para todas as crianças, conforme prevê a legislação, caso ele persista em manter os preços liberados".

